

### ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO DEZESSETE DO COMITÊ DO ITAJAÍ

1 Ao décimo terceiro dia do mês de novembro de dois mil e seis, reuniram-se, no Plenário Manoel  
2 Correia de Negreiros da Câmara de Vereadores de Taió, sito à Rua Coronel Feddersen, 1640, no  
3 Município de Taió, às treze horas e trinta minutos, em terceira convocação, os membros do Comitê  
4 do Itajaí e demais convidados. A presidente, Maria Izabel Pinheiro Sandri, deu início a  
5 Assembléia, agradecendo a presença de todos especialmente a presença do Sr. Darcí José, e  
6 agradeceu ao mesmo por ter cedido o espaço para a assembléia. A palavra foi passada à Beate  
7 Frank, que coloca que a pauta se dá na seguinte ordem: **1. Fixar datas das Assembléias Gerais**  
8 **Ordinárias de 2007 e o local da 1ª dessas Assembléias. 2. Contextualização da gestão da Bacia**  
9 **do Itajaí. 3. Premiação do Otto Rohkohl de Conservação da Água. 4. Esclarecimento sobre o**  
10 **acordo de Pousso Redondo. 5. Proposta de solução do Ministério Público para o tratamento**  
11 **de esgoto. 6. Informes, Assuntos Gerais e Palavra Livre.** Beate continuou anunciando que além  
12 dos itens da pauta, a secretaria solicitou a inserção e posterior discussão e aprovação de uma  
13 Moção. Com a aprovação de todos, a Moção foi incluída na pauta. Beate seguiu informando a  
14 todos que houve algumas substituições de representantes-membros, sendo elas: Associação dos  
15 Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – EAVI, suplente do assento 33, passa a ter como  
16 representante Sr. Ari José Xavier Júnior; Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Estado –  
17 SDS, assento 46, passa a ter como representante titular Sr. Paulo Ramos, e suplente Terezinha  
18 Hartamann. Para a discussão referente à aprovação da moção, a palavra foi passada ao Sr. Tercílio  
19 Bonessi: Leitura da Moção: *“Considerando que, em Santa Catarina, o Sistema Estadual de*  
20 *Gerenciamento de Recursos Hídricos foi instituído em 1993 e a Política Estadual de Recursos*  
21 *Hídricos em 1994; Considerando que, desde então, o Estado muito pouco avançou na*  
22 *implementação dessa política, apesar dos problemas concretos e reais de cheias, estiagens,*  
23 *poluição e conflitos pelo uso da água em diversas regiões do Estado, causando prejuízos*  
24 *principalmente ao meio ambiente e à agricultura; Considerando que, em 2006, o Secretário de*  
25 *Estado de Desenvolvimento Sustentável, Sr. Sérgio Silva, imprimiu uma nova dinâmica a esta área*  
26 *de interesse público, fazendo com que a Política de Recursos Hídricos passasse a ser prioridade*  
27 *política do governo do Estado de Santa Catarina; Considerando que, os Comitês de*  
28 *Gerenciamento de Bacias Hidrográficas são fóruns de discussão suprapartidários, órgãos*  
29 *colegiados deliberativos integrantes do sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos;*  
30 *O Comitê do Itajaí, reunido em Assembléia Geral ordinária no dia de hoje, em Taió, no Alto Vale*  
31 *do Itajaí, se manifesta a favor: a) da manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável*  
32 *na estrutura do governo, b) da manutenção da Diretoria de Recursos Hídricos no âmbito dessa*  
33 *secretaria e, c) da continuidade do Sr. Sérgio Silva a frente dessa Secretaria e do Sistema*  
34 *Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Taió, 23 de novembro de 2006. Maria Izabel*  
35 *Pinheiro Sandri – Presidente.”* Em discussão, Tercílio justificou em nome da diretoria, a criação  
36 de tal Moção. Apontou que a criação desta moção deve-se ao fato de Santa Catarina finalmente ter  
37 um Secretário de Desenvolvimento Sustentável que se compromete com os assuntos relativos aos  
38 Recursos Hídricos, dando uma nova dinâmica ao assunto, e imprimindo um sistema rápido e  
39 atuante. Salientou que isto não se deve a nenhum fator partidário, e sim, ao interesse real pela  
40 causa do meio ambiente e dos recursos hídricos. Maria Izabel colocou em votação a aprovação da  
41 Moção. Moção Aprovada. Coma palavra Beate. **1) Fixar datas das Assembléias Gerais**  
42 **Ordinárias de 2007 (e o local da 1ª Assembléia).** Beate relembra a todos que conforme o

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

43 Regimento há duas Assembléias Gerais Ordinárias, uma no primeiro semestre e outra no segundo.  
44 De início, a primeira seria para abril e a segunda para novembro. Beate sugeriu como datas: 12 de  
45 abril, uma quinta-feira e 29 de novembro. Em votação, as datas foram aprovadas. Foi proposto  
46 como local as cidades de Itajaí, Rio do Sul, Timbó e Ibirama. Após votação, ficou decidido que a  
47 primeira Assembléia Ordinária será em Itajaí e a segunda em Ibirama. Quanto às Extraordinárias,  
48 ficou decidido que a primeira será em Rio do Sul e a segunda em Timbó. **2) Contextualização da**  
49 **gestão da bacia do Itajaí.** Beate prosseguiu dizendo que como há muitos novos membros no  
50 Comitê, ficou decidido em reunião da diretoria fazer uma apresentação sobre a contextualização do  
51 papel do Comitê. Começando a apresentação, Beate falou sobre a Política Nacional de Recursos  
52 Hídricos, criada pela lei 9.433. Esta lei tem fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos.  
53 Colocou que os fundamentos para a gestão da água são: a água é de domínio público e tem valor  
54 econômico, o uso prioritário sempre, principalmente em situações escassas, é o abastecimento  
55 humano, a gestão da água se faz por bacia hidrográfica e de forma descentralizada e participativa.  
56 Depois do enquadramento dos rios, e classes de uso, de classes de qualidade, depois outorga pelo  
57 uso da água, a cobrança pelo uso da água e o sistema de formações. Beate salientou que todos estes  
58 instrumentos são importantes, pois só assim haverá uma gestão de recursos hídricos. Seguiu  
59 dizendo que o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, é formado pelo conjunto  
60 de instituições que tem competências para levar a política de gerenciamento hídrico em prática.  
61 Existe também o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, A Secretaria de Recursos Hídricos do  
62 Ministério do Meio Ambiente e a Agência Nacional de Águas. Depois existem os rios federais  
63 onde existem os Comitês de Bacias Federais. Beate seguiu explicando que nos estados,  
64 exemplificando Santa Catarina, existe o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a Secretaria de  
65 Estado de Desenvolvimento Sustentável e. Dentro da secretaria existe a Diretoria de Recursos  
66 hídricos, responsável pela outorga. Depois existem os Comitês dentro do estado, ou seja, dos rios  
67 estaduais. Isso significa que tudo é um sistema. Beate mostrou em sua apresentação todas as 50  
68 cidades que compõe a bacia em um mapa, e mostrou as subdivisões da bacia, o Alto Vale, o Médio  
69 Vale e a Foz do Rio Itajaí. E são essas regiões que são principalmente afetadas pelas enchentes.  
70 Em 150 anos de história, houve registro de 67 enchentes. Beate colocou as enchentes cresciam  
71 paralelamente ao crescimento da população da bacia. À medida que aumentou a área explorada  
72 para a lavoura e pecuária houve um maior número de enchentes. Continuou salientando que isso  
73 mostra que deve haver uma grande relação entre a forma como se usa o solo e das grandes áreas  
74 que deixam de absorver água com o problema de enchente. Com o aumento das cheias, por volta  
75 de 1923 a 1927, começou a surgir a necessidade de se ter um sistema de alerta e o serviço da  
76 defesa civil. Em função disso, de 1927 a 29, foram instaladas os primeiros postos pluvi e  
77 fluviométricos. Em 1930 houve início do monitoramento meteorológico, Em 1930 começou o  
78 monitoramento hidrometeorológico para o planejamento da produção hidrelétrica. Beate apontou  
79 então que monitoramento diário do níveis dos rios começou em 1940 e a previsão de cheias passou  
80 então a ser feita no final da década de 40 pela companhia de energia elétrica. Em 1957, de 57 a 61,  
81 foi dado início aos institutos que definiram as três barragens de controle de cheias. De 73 a 75 as  
82 duas primeiras foram concluídas pelo DNOS. Em 1984, logo depois da enchente de 83, foi  
83 instalado o sistema de alertas contra as cheias do DNAE. Foi quando a FURB entrou em cena, para  
84 operar o sistema de alerta. Beate explicou que uma vez que a FURB assumiu isso junto com o  
85 DNAE, a CELESC parou de fazer o monitoramento. Em 1990 veio a extensão do DNOS, ou seja  
86 começou o processo de descentralização do país e a idéia era que isso fosse descentralizado e o  
87 estado fosse assumido. Em 92 foi concluída a 3º barragem. Entre 1993 e 1999 o governo do estado  
88 tentou ter um empréstimo de 174 milhões de dólares para um projeto de controle de cheias, era o  
89 famoso projeto JICA que não foi adiante. Com a extinção do DNOE gerou-se um gradativo

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

90 abandono desse sistema de barragens, e isso fez com que, a partir de 1995 várias entidades  
91 regionais se mobilizassem em torno desse problema. As Associações de municípios, as três juntas,  
92 as Associações Comerciais, a FURB, a Univali, UNIFEBE, se reuniram e decidiram criar o  
93 Comitê. Beate colocou que ninguém entendeu isso na época porque todos tinham como prioridade  
94 resolver o problema das barragens, quando na verdade foi isso o que motivou todas as entidades a  
95 virem participar deste processo. A partir daí, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou a  
96 instituição do Comitê em 97. Até 2004, o Comitê possuía 75 membros, depois passou a ter 50  
97 membros. Beate apontou que o Comitê do Itajaí começou devido a falta de manutenção das  
98 barragens, mas, desde o começo, vem buscando soluções mais amplas para os problemas das  
99 bacias hidrográficas. Prova disso foi a viagem de alguns membros do Comitê à Alemanha e à  
100 Suíça, com o objetivo de conhecer experiências de proteção contra cheias. Após a missão Europa,  
101 foi feito um questionário com as cidades da bacia sobre as enchentes, e vários outros problemas.  
102 Surgiu então o Programa de Recuperação de Mata Ciliar. A partir deste questionário ficou mais  
103 fácil de identificar todos os problemas da bacia, o que se tornou algo muito mais amplo. A partir  
104 daí, Beate apontou que o Comitê começou a trabalhar na construção de um Plano de Bacia. Em  
105 consequência disto, foi criada a Agência da Água em 2001, o jornal do Comitê em 2001, o site do  
106 Comitê também foi criada em 2001. Conseguiu-se elaborar um cadastro preliminar de usuários de  
107 água em 2001 com o apoio da FATMA e, um modelo de cobrança da água em 2002 também com a  
108 ajuda da FATMA. Beate continuou dizendo que Em 2002 se criou o Prêmio Otto Rohkohl de  
109 Conservação da Água e se teve a participação ativa na revisão da política estadual de recursos  
110 hídricos, a fim de ajustá-la à política Nacional de Recursos Hídricos. Depois de 2003 o Comitê se  
111 envolveu fortemente na discussão da implantação da Usina Salto Pilão. Em 2004 foi criada a  
112 Câmara Técnica de planejamento, para trabalhar em cima do Plano de Bacia. E, em 2005 foi  
113 desenvolvido o Plano de Ação e Articulação Institucional de Controle de Cheias. Para tentar levar  
114 essa proposta para frente que foi construído o Projeto Piava, para através dele construir uma  
115 política sustentável de proteção de nascentes e de mata ciliares. Beate seguiu colocando que o  
116 objetivo do projeto é desenvolver e implantar uma política de proteção á água em todos os  
117 municípios por meio da intubação, do fortalecimento do processo participativo de gestão e ações  
118 de recuperação ambiental nas pequenas bacias. Com isso se criou um espaço possível para chegar  
119 finalmente naquilo tem que ser feito que é o Plano de Bacia, então isso começou com a Câmara  
120 Técnica de Planejamento em 2004. Existe uma resolução do Conselho Nacional de Recursos  
121 Hídricos de como é que se deve fazer esse plano. Esse plano tem uma fase A, tem uma fase B e  
122 tem uma fase C. Nessa parte A, ele tem que fazer um diagnóstico e um prognóstico da água na  
123 bacia. A segunda fase é a compatibilização na articulação, aqui a idéia é procurar quais as soluções  
124 para os problemas aqui constatados e a fase C que é o plano diretor. O Comitê depois de passar um  
125 ano discutindo como iniciar isso, e então se criou uma Câmara Técnica de Planejamento com a  
126 seguinte finalidade: Encaminhar a elaboração da política de recursos hídricos para a bacia  
127 hidrográfica do rio Itajaí. Ou seja, a política seria concretizada através do tal do plano. Houve  
128 suporte financeiro da FAPES Fundação de Pesquisa do Estado e também de um projeto de  
129 pesquisa da FURB, e ainda algum recurso do Projeto Piava. Beate contou que atualmente, o  
130 processo encontra-se na terceira fase. Beate agradece a todos, e passa então para o terceiro item da  
131 pauta. **3) Premiação Otto Rohkohl de Conservação da Água.** Beate seguiu explanando que o  
132 prêmio Otto Rohkohl de Conservação da Água é uma promoção do Comitê do Itajaí, destinado a  
133 reconhecer as iniciativas e efetivar as iniciativas de proteção a água. Maria Izabel então foi  
134 chamada para fazer a premiação. O vencedor na Categoria de Usuários da Bacia é a Teka  
135 Tecelagens Kuehnrich S.A. que teve como tema melhorias produtivas e redução no desperdício no  
136 processo de engomagem. O representante da Teka recebeu o prêmio. Ainda no Usuários da Água,

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

137 outro vencedor foi a Secretaria de Saneamento Ambiental de Indaial – SESAM, com o tema  
138 saneamento ambiental e o sistema de esgotamento sanitário da cidade de Indaial. Na Categoria  
139 População da Bacia, o Colégio Dom Bosco de Rio do Sul com o tema: preservação e/ou  
140 recuperação de nascentes ou da mata ciliar, case: adote uma nascente. Ainda nessa mesma  
141 categoria a Haiti Futebol Clube de Rio do Oeste com o tema: Preservação ou recuperação de  
142 Nascentes ou da Mata Ciliar e com o case: Recuperação da Mata Ciliar no Campo do Haiti Futebol  
143 Clube. Na categoria Órgãos Públicos, o vencedor foi o Ministério da Integração Nacional, com o  
144 tema: desenvolvimento tecnológico com o case: Gerenciamento do Controle e da Previsão de  
145 Cheias do Vale do Itajaí. **4) Acordo de Pouso Redondo:** A palavra foi passada ao Sr. Pedro Prim  
146 que deu uma introdução sobre o assunto. Na primeira Assembléia de 2005 foi criado o grupo de  
147 trabalho para a solução de conflitos. Eram propostos os locais de pesquisa, e a partir disso,  
148 desenvolver uma metodologia. O grupo ficou formado por 5 pessoas, e posteriormente  
149 apresentaram 2 conflitos: a prefeitura de Gaspar na época apresentou um conflito lá de dois  
150 rizicultores e, a Casan de Rio do Sul apresentou um motivo de problema de qualidade de água de  
151 Pouso Redondo. Esses dois pontos já tiveram uma solução. Pedro continuou dizendo que os  
152 conflitos são todos iguais, só existem porque tem dois interesses de ordem pessoal ou de ordem  
153 institucional. Em suma, nesses casos de conflitos, chamam-se as partes, apresentam-se os  
154 problemas, e depois, coloca-se para as partes uma possível solução. E as partes precisam conduzir  
155 os conflitos entre elas, daí é que entra o mediador. Explicou ainda que quando entra a parte técnica  
156 e no caso da água, eles mostram que a água é um bem comum o conflito começa a se diminuir. No  
157 caso de Itajaí, feito isso, as partes entenderam que o problema comum não era a água, era a  
158 manutenção de uma vala, feita a manutenção, os dois firmam beneficiados. No caso de Pouso  
159 Redondo, havia um descontentamento da comunidade do município com a qualidade da água  
160 fornecida pela Casan. A discussão estava no fornecimento de água. E, a Casan passou a ser um  
161 problema. Já a Casan entendia que ela não era o problema, o problema estava no manejo da  
162 rizicultura. Resolvendo o problema da rizicultura, resolver-se-ia o problema da Casan e  
163 consequentemente o problema da população. Entendeu-se então que a Casan não era o problema, o  
164 problema estava lá no manejo da água. Concluiu-se que deveria haver um manejo correto do uso  
165 da água na região. Colocou que o GT-Conflitos mediou todo esse processo para que todos  
166 chegassem a um nível de benefício mútuo. Pouso Redondo está desenvolvendo agora o acordo que  
167 foi feito entre as partes, o acordo ficou desenvolver as oficinas com a seguinte pauta: o Comitê  
168 com a apresentação sobre a disponibilidade hídrica do município, a Epagri fará a apresentação de  
169 dados da qualidade da água, e a Secretaria de Desenvolvimento a apresentação sobre a importância  
170 econômica para o município da rizicultura, de pecuária, da área e a montante da captação. Pedro  
171 Prim colocou que a oficina acontecerá em março **5) Proposta de solução do Ministério Público  
172 para o tratamento de esgoto:** Beate leu um relatório feito por Edmundo relativo a uma reunião  
173 com o Ministério Público Estadual em Florianópolis. O assunto da reunião era a apresentação do  
174 relatório parcial 1: *“Diagnóstico pela Participação Existente do Sistema de Esgoto em Operação.  
175 O assunto do dia do grupo de trabalho é instituído pelo Inquério Civil Público 04/04 de 2004 pelo  
176 Esgotamento Sanitário em Santa Catarina. A Reunião convocada pelo Dr. Jacson Corrêa que é  
177 Procurador de Justiça e pelo Dr. Luciano Naschenweng que é o Promotor de Justiça. Eles  
178 participaram da reunião as entidades integrantes do Termo de Cooperação Técnica 024/05  
179 instituída em 17 de novembro de 2005. Este termo teve origem no Inquérito Civil Público de  
180 setembro de 2004, cujo objetivo é o de apurar as responsabilidades em face do baixo índice de  
181 saneamento básico em Santa Catarina e buscar a melhoria deste quadro. Então, as entidades que  
182 participaram as entidades que participaram da reunião era o Ministério Público Estadual, a  
183 Associação Brasileira de Higiene Sanitária, a Assembléia Legislativa, a Casan, a Assemæe que é a*

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

184 Associação dos SAMAEs, FATMA, FECAM acho que da FECAM foi o Rolando, o CREA, a  
185 Polícia Ambiental, a Vigilância Sanitária Estadual e a SDS. Participaram também quer dizer, além  
186 desses que são todos daquele termo, eles convidaram representantes do Comitê do Itajaí, aí foi o  
187 membro da direção e coordenador da CTPLAN o Edmundo Schult representando a presidente do  
188 comitê e os coordenadores do GT Esgoto doméstico do Plano da Bacia que é o Marcos Spiess do  
189 SAMAE de Blumenau e o David Vieira do SAMAE de Timbó. A convite do Edmundo, eles  
190 participaram também os técnicos da área de desenvolvimento urbano do setor público da Caixa  
191 Econômica Federal o engenheiro Tadeu e o engenheiro Mário Ramos. Aqui agora um rápido  
192 relato da reunião: O Dr. Jacson informou que: estava pronta a minuta do Termo de Ajustamento  
193 de Conduta do esgotamento sanitário e ela será encaminhada para análise aos membros do grupo  
194 de trabalho e para a direção do Comitê do Itajaí”; O relatório continha um levantamento geral da  
195 situação do esgoto sanitário de todos os municípios do estado. Já existe pronta uma minuta, que  
196 será desmembrada nas comarcas locais para cada comarca então aplicar com seus municípios,  
197 serão discutidas com cada prefeito as medidas para tendimento do TAC em um prazo inicial de  
198 dois anos; será executado um projeto piloto na Bacia do Itajaí; a previsão de início dos TACs é de  
199 março ou abril do ano que vem; Ainda contando pontos do relatório, Beate apontou que o  
200 representante da ASSEMAE levantou a importância da participação do Ministério das CIDADES  
201 nesse processo, em razão do apoio técnico e financeiro. Foi definido que a SDS irá marcar reunião  
202 com um representante do Ministério das CIDADES. O Engenheiro Mário Meyer da ABES  
203 apresentou o Relatório Parcial do Diagnóstico da Situação Existente do Sistemas de Esgotos em  
204 Operação. Assuntos diversos foram discutidos como: consórcios intermunicipais, resistência dos  
205 usuários em fazer as ligações e o controle de eficiência do sistema; O Sr. Edmundo se apresentou  
206 como representante da direção do Comitê do Itajaí e em nome de sua presidente Maria Izabel  
207 expôs a importância da realização do projeto piloto na Bacia do Itajaí e a importância de uma  
208 relação harmoniosa deste projeto com o processo de planejamento em curso na bacia. Foram então  
209 entregues aos participantes o caderno com a síntese da FASE A, “Diagnóstico e Prognóstico” do  
210 Plano, esse mesmo que a gente está descrevendo aqui, utilizado no processo de discussão  
211 participativa. Também foi agendada a data de encaminhar o TAC. Beate salientou que essa  
212 discussão ainda deve avançar muito, uma vez que não é chegar lá e, simplesmente a Maria Izabel  
213 acatar uma sugestão do Ministério Público sem ter passado por todas as outras instâncias de  
214 discussão. A idéia é definir prioridades por municípios de acordo com o que foi apresentado no  
215 plano. É importante que as prefeituras coloquem pessoas desse grupo de trabalho de saneamento  
216 do plano da bacia. Beate enfatizou ainda a importância deste processo, dizendo que passaram-se  
217 duas semanas da água discutindo esgoto, e finalmente os frutos começam a ser colhidos. A palavra  
218 foi passada a Rolando, que colocou que boa parte do comprometimento das águas hoje, em nível  
219 de qualidade se deve a questão do esgoto sanitário. A questão é que o Ministério Público vem  
220 propondo agora de fazer um termo de ajustamento de conduta dos municípios para que ele cumpra  
221 a sua obrigação entre aspas em fazer esgotamento sanitário nos municípios. Existe a necessidade  
222 de diferenciar duas coisas: uma é titularidade do município outra, de que é a obrigação de fazer. O  
223 artigo 31 da constituição deixa claro que para as questões de interesse local, que é a questão do  
224 saneamento básico do esgoto, a competência dos municípios que estão sendo usados na SDS, vai  
225 ficar definido agora na qualidade dos municípios sobre saneamento, isso quanto ao órgão gestor no  
226 serviço de esgoto. Uma outra questão é competência, de acordo com o artigo 23 da constituição, a  
227 competência comum dos entes federados é única, de educação e saneamento. Rolando expôs que  
228 hoje, ao pegar o sistema do sul, por exemplo, um sistema de transferência de público, de estado, da  
229 união para o estado, do estado para o município, dessas transferências, alguém financia o sistema, já  
230 para esgoto não existe financiamento. Sequer, existe dentro do país uma política de saneamento

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

231 aprovada, existe uma política no estado, mas é uma política muito mais de diretrizes do que de  
232 implementação de medidas. Ou seja, vai do censo comum dizer que não existem recursos, dizer  
233 que não existe dinheiro, mas, quem trabalha nos municípios sabe que esse dinheiro realmente não  
234 existe ou, se existe é muito pouco. Não existe hoje um orçamento municipal com previsão para  
235 investimento em obras de esgotamento sanitário. Então o Ministério Público ele vem com um  
236 sonho muito bom que como o próprio Rolando e todos os sanitaristas também sonham, de atingir a  
237 universalidade de esgotamento sanitário ou seja, que no horizonte de alguns muitos anos toda a  
238 população do estado de Santa Catarina possa ter acesso ao sistema de esgotamento adequado, um  
239 sistema individual com uma rede coletora. Orçamentos primeiros orçamentos feitos estimam  
240 aproximações ordem de investimento de 4,3 bilhões de reais para que a questão seja atingida no  
241 estado de Santa Catarina. Rolando ainda apontou que o Ministério Público não é juiz para  
242 determinar nada, ele propõe ações no sentido de fomentar a questão do aumento dos níveis de  
243 atendimento do esgotamento sanitário. A proposta que consta no relatório foi dividida basicamente  
244 nos municípios que tem já o sistema de tratamento, sistema de esgoto e, aqueles que não têm.  
245 Apontou que existem outras ações que, no horizonte de dois anos podem ser mais bem articuladas,  
246 pois, existem coisas positivas nesse projeto. Caberá ao Comitê propor, articular, recomendar essas  
247 questões de inclusão de programas que já se desenvolvem para fazer isso acontecer, só que, o  
248 ângulo do processo todo, que imprime investimento financeiro principalmente vai caber aos  
249 municípios. Apontou que existem medidas que deveriam ser discutidas com o Ministério Público,  
250 como por exemplo, os sistemas individuais entre ligação e cidadão. A questão é atingir a  
251 universalidade do atendimento do esgoto do estado, este então é um projeto de longo prazo, com  
252 ações de curto, médio e longo prazo que se devem ser tomadas. Saliu que acha ser de suma  
253 importância que o Comitê trate esta questão com ponderação, e sugeriu que fossem feitas reuniões  
254 com o Comitê inteiro, não só com a Diretoria, juntamente com os Promotores Públicos e com os  
255 Prefeitos e Presidentes das Associações Municipais do Alto, Médio Vale e Foz. Disse ainda que o  
256 elemento chave deste processo não é nem o Ministério Público e nem o Comitê, é o próprio  
257 Município. Agradeceu a todos, e voltou a palavra à Beate, que colocou que a Diretoria do Comitê  
258 em hipótese alguma pretendeu resolver qualquer assunto sozinha, toda e qualquer deliberação será  
259 discutida em Assembléia, na presença de todos os membros do Comitê. A palavra foi passada a  
260 Harry Dorrow que apoiou o que Rolando tinha falado anteriormente, reafirmando que esta questão  
261 é muito delicada, que fere diretamente o orçamento dos municípios, e que deve ser levada com  
262 ponderação pelo Comitê. A palavra foi passada a Jacir Pamplona, que, por sua vez, afirmou que  
263 toda essa questão é muito séria, e deve ser tratada com igual seriedade. Apontou que hoje, a  
264 maioria dos municípios não tem arrecadação de recursos suficientes para investir em esgoto, para  
265 se ter um resultado mais rápido. Entretanto, disse que uma solução é que os municípios tirem de  
266 2% a 5% de sua arrecadação para o investimento, mesmo que o resultado, leve 30 anos, ainda  
267 assim, saber-se-ia que o problema seria resolvido. A palavra voltou à Beate que afirmou concordar  
268 com a manifestação de Rolando, e Harry, e completa afirmando que o problema é que o  
269 Ministério Público desconhece como está estruturado o sistema, o que é a política, como lidar com  
270 os problemas, uma vez que um dos problemas para se lidar com a política é o esgoto. O que deve  
271 realmente acontecer é por em prática um plano de bacia, definir e fazer a cobrança pelo uso da  
272 água. A partir disso, investi no tratamento de esgotos nos lugares que mais precisam. A palavra foi  
273 passada a Rafael, que se manifesta positivamente às idéias de Beate, reafirmando que o problema  
274 do Ministério Público é desconhecer todo o processo necessário para a execução do Plano de  
275 Bacia. A palavra foi passada a Ivanor que manifestou sua alegria em vê que este tema tão  
276 importante finalmente está sendo tratado com seriedade pelo Ministério Público, e completou  
277 dizendo ainda que todo o trabalho desenvolvido pelo Comitê, com seus estudos relativos ao

# COMITÊ do ITAJAÍ

## AGÊNCIA DE ÁGUA

278 tratamento de esgoto sanitário é de suma importância para toda a comunidade. **6) Informes:** Com  
279 a palavra, Beate. A mesma informou sobre um convite formulado pelo governador do estado  
280 Eduardo Pinho Moreira e o secretário de Estado de Desenvolvimento Sustentável Sérgio Silva  
281 para a solenidade oficial de lançamento da primeira outorga no estado de Santa Catarina dia 24 de  
282 novembro, às dezoito horas e trinta minutos no salão nobre Schultz da Associação Comercial e  
283 Industrial de Joinville. Ainda ano dia 24 de novembro, no período vespertino, acontecerá a reunião  
284 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos em Joinville. Beate continuou informando sobre um  
285 convite da Prefeitura de Timbó com a sua secretaria de planejamento e do meio ambiente, que  
286 convida para a primeira conferência da cidade para a apresentação de diretrizes e propostas do  
287 plano diretor, no dia 24 de novembro, das dezenove às vinte e duas horas e no dia 25 de novembro  
288 as oito da manhã. Beate anunciou ainda sobre um Seminário acontecerá no dia 30 de novembro, o  
289 dia inteiro, em Blumenau, para discutir diretrizes e como lidar com as APPs, as áreas de proteção  
290 permanente nas áreas urbanas. Dada a palavra livre, Harry solicitou que na próxima Assembléia  
291 fosse colocado em pauta o Código Florestal. A palavra foi passada a Ivanor, que disse ter ficado  
292 contente com a reunião, e que esta foi muito produtiva. Manifestou seu contentamento com a  
293 apresentação da Beate e de seus colegas. Odair Fernandes seguiu relatando a respeito do Seminário  
294 que aconteceu no dia 17 em Florianópolis, em que a SDS fez tratou sobre a outorga. Maria Izabel  
295 encerrou a Assembléias, desejando a todos um bom final de ano e anunciando que aguarda pelo  
296 próximo encontro. Sem mais nada a tratar, eu, Beate Frank, lavro a presente ata, que vai assinada  
297 por mim e pela presidente da reunião.